

RESPONSABILIDADE SOCIAL, CERTIFICAÇÕES E CADEIA TÊXTIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

BARLA LEOSI TESTONI PIOLI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)
barla@terra.com.br

FABIANO MAURY RAUPP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)
fabianoraupp@hotmail.com

Introdução

Na intenção de criar um capital reputacional, atender aos diferentes stakeholders da organização as empresas seguem as diretrizes propostas pelas certificações. Apesar da importância econômica das micro e pequenas empresas, são poucas as pesquisas relacionando estas com seus possíveis impactos socioambientais. O setor têxtil em Santa Catarina é o segundo maior em termos de empregabilidade do país e a cidade de Brusque concentra mais de 26% do total de empresas têxteis-vestuaristas da região em que está localizada, sendo que 98% destas são classificadas como micro e pequenas empresas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A problemática da pesquisa foi assim definida: "Qual a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque, Santa Catarina, em relação às ações de Responsabilidade Social, com destaque para a certificação de fornecedores ABVTEX?" Para tanto, o artigo tem por objetivo apresentar os resultados do estudo que buscou identificar a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque, Santa Catarina, em relação às ações de Responsabilidade Social, com destaque para a certificação de fornecedores ABVTEX.

Fundamentação Teórica

Acompanha-se a evolução da Responsabilidade Social culminando com a temática da obtenção das certificações para a cadeia têxtil. Na busca pelo credenciamento as empresas aderem às certificações de gestão social e ambiental. Estando as decisões empresariais sujeitas às pressões sociais, governamentais e comerciais, é significativa a preocupação com a questão ambiental na atividade têxtil. Esta é decorrente da falta de programas ambientais eficientes e de tecnologia adequada para o setor.

Metodologia

O estudo teve como foco as micro e pequenas empresas da cadeia têxtil da cidade de Brusque/SC. O percurso metodológico delineado considerou uma abordagem quantitativa de caráter descritivo. O método escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o survey inter-seccional com amostras paralelas e a pesquisa ocorreu entre os meses de abril a agosto de 2015 contando com a participação de 130 gestores. A escolha da amostra ocorreu por acessibilidade.

Análise dos Resultados

Embora a maioria das empresas pesquisadas se encaixe como microempresa e possua estrutura enxuta, com poucos colaboradores e os gestores participando também das atividades produtivas, estes últimos consideram relevante a temática da Responsabilidade Social e a obtenção da certificação de fornecedores ABVTEX é recorrente dentre as empresas têxteis de Brusque/SC. Das empresas pesquisadas 12 empresas possuem a certificação ABVTEX por menos de 1 ano, 33 empresas possuem esta certificação por mais de 2 anos e 2 empresas possuem a certificação de fornecedores ABVTEX por mais de 5 anos.

Conclusão

O cenário apresentado indica que a adoção das certificações para a cadeia têxtil nas micro e pequenas empresas da cidade de Brusque está acontecendo gradativamente e que, embora os gestores não se sintam seguros em definir o conceito de Responsabilidade Social, compreendem a importância do tema, buscam realizar ações que possam minimizar os impactos socioambientais de seus empreendimentos e vêm na certificação de fornecedores ABVTEX uma maneira de terem suas ações divulgadas e reconhecidas, além de garantirem a comercialização de seus produtos.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTEL (ABVTEX). Regulamento Geral da Certificação de Fornecedores ABVTEX. v.22, 2013.

GRIESSE, Margareth A. The geographic, political and economic context for corporate social responsibility in Brazil. *Journal of Business Ethics*, v.73, p. 21-37, 2007.

MORO, Rita de C. L.; MENDES, Francisca D.; NETO, João A. Sustainable development in the retail supply chain Brazilian fashion: case study. In: *Production and Operations Management Society (POMS). Annual Conference*, Washington, D.C., v.26, p. 223-233, 2015.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, CERTIFICAÇÕES E CADEIA TÊXTIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

1. INTRODUÇÃO

Na intenção de criar um capital reputacional, atender aos diferentes *stakeholders* da organização, diminuir o risco potencial e adicionar valor ao negócio, algumas empresas seguem as diretrizes propostas pelas certificações, para então gerar visibilidade à sua conduta socialmente responsável. As certificações também servem como importantes mecanismos de educação, de controle e de informação ao consumidor. Não possuindo caráter obrigatório, a divulgação de ações socialmente responsáveis pelas empresas, através da divulgação do selo das certificações, cria para estas organizações este capital valorativo (BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009). O processo de certificação acontece de forma voluntária ou obrigatória, sendo realizado por uma terceira parte – além do produtor ou consumidor – assegurando que o produto, processo ou serviço possui os requisitos previamente estabelecidos. Realizada por entidade específica, a certificação também possui como objetivo reforçar a autenticidade e os atributos dos produtos, evitando possíveis fraudes, bem como conferir reputação e confiança à empresa certificada (ACOSTA et al., 2011).

No Brasil, o número de certificados ISO 9001 emitidos desde o início de 2009 e final do ano de 2010 dobrou. O país ficou em primeiro lugar na América Latina em relação aos certificados desta categoria, contribuindo com 32% dos certificados totais emitidos. Há ainda a relação positiva entre a certificação e o desenvolvimento econômico dos países, medido em termos de Produto Interno Bruto per capita (SALGADO; SAMPAIO, 2013). Com a intenção de contribuir com o desenvolvimento das certificações específicas para a cadeia têxtil que evidenciem tanto os pilares social e estratégico quanto os pilares econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) criou, em 2010, a Certificação de Fornecedores ABVTEX, tendo como principal objetivo desenvolver uma certificação única que permita aos varejistas possuírem controle sobre seus subcontratados e fornecedores que compõem a cadeia produtiva. Esta associação é constituída pelas principais empresas do segmento de artigos do vestuário e acessórios, representando o varejo têxtil de grande superfície junto aos órgãos governamentais, indústrias, entidades de classe e para o mercado em geral.

Considerando o exposto, a pergunta de pesquisa foi assim definida: *Qual a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque, Santa Catarina, em relação às ações de Responsabilidade Social, com destaque para a certificação de fornecedores ABVTEX?* Para tanto, o artigo tem por objetivo apresentar os resultados do estudo que buscou identificar a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque, Santa Catarina, em relação às ações de Responsabilidade Social, com destaque para a certificação de fornecedores ABVTEX.

Apesar da importância econômica das micro e pequenas empresas, o número de pesquisas relacionando estas com seus possíveis impactos socioambientais ainda é pequeno e pode ser justificado pelo fato de muitos pesquisadores não acreditarem que tais organizações possam causar um impacto ambiental significativo (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011). No entanto, o que se deve levar em conta é a quantidade de micro e pequenos empreendimentos que, em conjunto, podem causar grandes impactos socioambientais. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Estado de Santa Catarina é responsável por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sendo o 7º maior PIB e a 7ª maior arrecadação tributária do país. Ocupando posição de destaque no *ranking* do PIB estadual, a Região do Vale do Itajaí apresenta-se em 1º lugar com participação de 29% do PIB estadual, sendo que a cidade de Brusque está na 8ª posição deste

mesmo indicador (FIESC, 2013). Além destes fatores, o setor têxtil em Santa Catarina é o segundo maior em termos de empregabilidade do país, ocupando 15,99% do total de empregos gerados na indústria têxtil-vestuário em 131.113 empresas, que representam 13% das empresas brasileiras do setor. A cidade de Brusque, localizada no Médio Vale do Itajaí, concentra 1.397 empresas do setor têxtil-vestuarista, o que corresponde a mais de 26% do total de empresas têxteis-vestuaristas da região em que está localizada, sendo que 98% destas são classificadas como micro e pequenas empresas (SANTOS, 2007).

Após esta parte introdutória, abre-se a segunda seção para discussões teóricas sobre Responsabilidade Social, certificações, e Certificação de Fornecedores ABVTEX. Na terceira seção aborda-se o percurso metodológico utilizado no estudo. A quarta seção expõe os principais resultados obtidos, identificando as empresas pesquisadas, a importância das ações de Responsabilidade Social e da certificação de fornecedores ABVTEX na percepção dos gestores. Na quinta e última seção apresentam-se as considerações finais.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL, CERTIFICAÇÕES E ABVTEX

A discussão sobre a evolução do conceito de Responsabilidade Social das organizações, ao longo dos séculos XX e XXI, considerou fragmentos das eras pré, pós e industrial propriamente dita, culminando com o advento das certificações em geral e, em específico, apresentando as certificações para a cadeia produtiva têxtil. A era pré-Industrial, que compreende o período pré-Revolução Industrial, caracterizava-se por relações do tipo agrárias e estruturada em moldes tradicionais nos quais a posse da terra era a fonte do poder. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, surge a era Industrial e modificam-se as relações com os meios produtivos (BELL, 1973). A propriedade perde seu *status* de conferir poder a quem a possui e alteram-se as características da sociedade então existentes. O poder, nesta fase, desloca-se da propriedade da terra para a propriedade dos meios produtivos (GALBRAITH, 1984).

A burocracia formada pelos capitalistas, detentores dos meios de produção e membros de organizações, considerou a abordagem da atuação social destas entidades somente no início do século XX, com o filantropismo. A Responsabilidade Social das organizações era compreendida apenas como função econômica, não considerando as consequências ambientais e sociais de suas atividades (BELL, 1973). Com o esgotamento posterior do modelo industrial (1947), surge a sociedade pós-Industrial, e o conceito de Responsabilidade Social evoluiu e incorporou os anseios de agentes sociais no plano das organizações. Além do filantropismo, foram desenvolvidos os conceitos de voluntariado empresarial, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa e desenvolvimento sustentável (TENÓRIO, 2006).

Para caracterizar os olhares lançados sobre a Responsabilidade Social ao longo dos séculos XX e XXI, analisou-se dois períodos distintos: início do século XX até a década de 1950 – considerado como período clássico – e da década de 1950 aos dias atuais – considerado como o período contemporâneo. O período clássico da Responsabilidade Social era caracterizado pelas mudanças nos processos produtivos provocadas pela transição da economia agrícola para a industrial, aliada às crescentes evoluções tecnológicas e a aplicação da ciência na organização do trabalho. A ideologia econômica predominante era o liberalismo econômico de Adam Smith e, por consequência, o conceito clássico incorporava os princípios liberais (TENÓRIO, 2006). Como o mercado era formado por pequenas empresas em regime de concorrência perfeita, o patrimônio empresarial confundia-se com o patrimônio particular do dono, e a principal contribuição social da organização era a busca pela maximização dos lucros, o que também expressava o desejo dos acionistas (GALBRAITH, 1982).

Neste período não havia preocupação com as Responsabilidades Sociais da empresa, mas sim com as responsabilidades dos homens que estavam em sua gestão. Atenção especial

era dada às ações que os empresários desenvolviam fora do seu período de trabalho. No início do século XX, o ato filantrópico era a expressão máxima da Responsabilidade Social Empresarial, que possuía caráter pessoal e era representado pelas doações efetuadas por grandes empresários ou pela criação de fundações como forma de retribuição à sociedade de parte dos ganhos que os empresários bem-sucedidos obtinham em suas empresas (DRUCKER, 1998; MELO NETO; FROES, 2004). Devido às pressões da sociedade, anos mais tarde, as ações filantrópicas passaram a ser exercidas pelas empresas, dando início à incorporação da temática social na administração empresarial (TENÓRIO, 2006). Acreditava-se que os recursos naturais eram infinitos, não oferecendo qualquer restrição à produção e que o livre mercado seria capaz de maximizar o bem-estar social. A variável meio ambiente não era incorporada aos modelos econômicos da época e os recursos naturais não possuíam caráter limitante (TACHIZAWA, 2008).

Com a implantação do *New Deal* por Roosevelt, em 1933, nos Estados Unidos, as práticas liberais tornaram-se limitadas. A economia americana passou a considerar a intervenção do Estado, o que provocou crescimento e acúmulo de capital. Os efeitos desta nova ideologia foram responsáveis pela consolidação do modelo industrial e sua superação na década de 50, com o advento da sociedade pós-Industrial (TENÓRIO, 2006). Ao passo que a sociedade Industrial almejou o sucesso econômico das empresas, a sociedade pós-Industrial buscou o aumento da qualidade de vida associado à valorização do ser humano, da ação social das empresas e de seus membros, e o respeito ao meio ambiente (TOFFLER, 1995).

Neste cenário, surge a primeira dimensão da Responsabilidade Social caracterizada pelo início das pressões sobre o governo e empresas, por parte da sociedade, para que estes solucionassem os problemas gerados pela industrialização. O conceito passou a ser entendido não apenas como geração de empregos, pagamento de impostos e maximização de lucros, mas também como respeito às obrigações legais referentes às questões trabalhistas e ambientais (MARTINELLI, 2000). Nas questões trabalhistas, os maiores problemas relacionavam-se às longas jornadas de trabalho – que chegavam a 12 horas diárias –, aos baixos salários, à mecanização do ser humano, e à ausência de legislação trabalhista e previdenciária. Os problemas sociais e ecológicos da época eram relacionados ao crescimento da urbanização e das atividades industriais. Embora a administração científica e o liberalismo econômico tenham sido responsáveis pelo crescimento da produção e pelo acúmulo de capital, também contribuíram para reforçar os efeitos negativos da atividade industrial: a precariedade das relações de trabalho, a degradação da qualidade de vida e os problemas ambientais (DE MASI, 2000; BEZERRA, 2007).

Tais efeitos negativos intensificaram as cobranças sobre empresas e governo, que passaram a criar mecanismos para solucionar os problemas gerados pela industrialização. Estes mecanismos ampliaram a discussão sobre Responsabilidade Social e originaram novos requisitos legais, ambientais e trabalhistas, através dos quais as empresas passaram a proteger, preservar e recuperar a qualidade do ambiente e da sociedade ao seu entorno. Este período foi marcado pela criação das soluções “*end of the pipe*” (fim de tubo) que visavam à instalação de equipamentos de controle de poluição atmosférica, do solo e da água (BEZERRA, 2007). Esta postura reativa das empresas às demandas da sociedade, em particular para cumprimento das exigências legais, nem sempre era eficaz e, muitas vezes, apresentava altos custos, além de não atender adequadamente às necessidades de preservação do meio ambiente (LA ROVERE, 2012). Neste período, retoma-se a ideologia liberal e, com a globalização, o conceito de Responsabilidade Social reveste-se de argumentos a favor do mercado. O mercado passou a ser o principal responsável pela fiscalização e regulação das atividades empresariais, cabendo ao consumidor o protesto e boicote aos produtos das empresas que não respeitavam o meio ambiente (TENÓRIO, 2006).

Dadas estas preocupações, os gestores passaram a visualizar oportunidades no

desenvolvimento da Responsabilidade Social nas organizações. Uma oportunidade de diferenciação estratégica aparece quando os clientes se dispõem a selecionar produtos ambientalmente saudáveis ou que possuam processos produtivos mais limpos. Esta abordagem estratégica marca a discussão a respeito da Responsabilidade Social nos anos 80, representada pela escola de gestão de temas sociais (*social issues management*) e tem como foco principal a produção de ferramentas de gestão capazes de melhorar o desempenho social e ético das empresas (SOUZA, 2006; FARIA; SAUERBRONN, 2008). Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) lançou o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* (Relatório *Brundtland*) considerando, pela primeira vez, a noção de desenvolvimento sustentável. De acordo com este documento, o desenvolvimento sustentável era entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991).

Dando continuidade às discussões a respeito das questões ambientais, em 1992, o Brasil insere-se no contexto da Responsabilidade Social sediando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio 92, na cidade do Rio de Janeiro. Como resultado do evento, criou-se a Agenda 21 Global, que ainda hoje serve de guia para as ações das comunidades que buscam o desenvolvimento sem provocar danos ao meio ambiente. Trata-se de um importante marco referencial para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e para a conscientização do papel das organizações em busca deste desenvolvimento. De acordo com a Agenda 21, o setor empresarial faz parte do conjunto de forças impulsionadoras das inovações que aumentam a eficiência do mercado, respondendo a desafios e oportunidades. Os empresários desempenham papel relevante na minimização dos resíduos, redução dos riscos, utilização mais eficiente dos recursos, preservação da qualidade do meio ambiente e inclusão social dos grupos excluídos do mercado de trabalho (CNUMAD, 1992).

Este contexto considera como parâmetros da postura ambientalmente responsável das empresas, entre outros: o bom relacionamento com as comunidades e com os organismos ambientais, o estabelecimento de uma política ambiental e de um eficiente sistema de gestão ambiental, a garantia de segurança dos empregados e das comunidades vizinhas pelo uso de tecnologia limpa, os elevados investimentos em proteção ambiental e a definição de um compromisso ambiental por parte da organização que siga os preceitos da Agenda 21 local (MELO NETO; FROES, 2004). O envolvimento das empresas com as ações de Responsabilidade Social, principalmente no âmbito das questões ambientais, tende a aumentar à medida que se eleva o interesse da opinião pública e de outros grupos da sociedade – como trabalhadores, consumidores e investidores – sobre tais questões. Em busca de soluções para os problemas ambientais, almeja-se que as empresas deixem de ser problemas e façam parte das soluções.

Estas pressões nem sempre são equivalentes e às empresas restam as maiores obrigações e cobranças advindas tanto da sociedade quanto dos governos e do mercado no qual elas estão inseridas (BARBIERI, 2004). Estas cobranças, principalmente a respeito dos direitos dos trabalhadores, direitos humanos, corrupção e transparência, impulsionaram a criação de institutos como a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social – principal instituição divulgadora e de apoio à incorporação da Responsabilidade Social ao cotidiano das empresas no Brasil – a elaboração da norma SA 8000, a elaboração da norma AA 1000, a elaboração das Metas do Milênio e a proposição do Pacto Global (BEZERRA, 2007).

Na busca pelo credenciamento de produtos, práticas e processos de gestão, as empresas aderem às certificações e normas de gestão social e ambiental, objetivando demonstrar, aos consumidores, sua preocupação com padrões técnicos, ambientais e éticos.

Portanto, a Responsabilidade Social se tornou um importante instrumento de capacitação e competitividade para as organizações em qualquer segmento econômico (TACHIZAWA, 2008; ACOSTA et al., 2011). A aplicação de estratégias de sustentabilidade proporciona mais competitividade às empresas quanto mais são disseminadas estas estratégias, desde a produção de fibras até o varejo têxtil. Esta sustentabilidade desejada para a cadeia têxtil, objeto empírico do estudo, é atingida ao passo que a redução de custos de produção alia-se a outras medidas, como as condições dignas de trabalho. Assim, as estratégias desenvolvidas pelas empresas brasileiras para lidar com questões sociais e ambientais que envolvem direitos dos trabalhadores, práticas ambientais e desenvolvimento da comunidade local, são reflexos da percepção generalizada da sociedade de que o Estado não é capaz de proporcionar uma qualidade de vida adequada para todos os seus cidadãos (GRIESSE, 2007; ABREU et al., 2014), o que torna interessante auscultar os gestores de micro e pequenas empresas da cadeia têxtil.

Estando as decisões empresariais sujeitas às pressões sociais, governamentais e comerciais, é significativa a preocupação com a questão ambiental, visto que a problemática ambiental na atividade têxtil é decorrente da falta de programas ambientais eficientes e de tecnologia adequada para o setor, sendo a indústria têxtil marcada pela geração de grandes volumes de resíduos sólidos, de efluentes e pelo uso excessivo dos recursos naturais como energia e água (SOARES et al., 2007). As certificações comumente utilizadas na cadeia têxtil estão diretamente relacionadas à sua imagem frente à sociedade. Estas certificações incluem frequentemente, a obtenção dos selos da série ISO (PEREIRA; MELO, 2012) – sendo a ISO 14001 a mais referenciada nos estudos da categoria (BUFONI; MUNIZ; FERREIRA, 2009; ABREU et al., 2014) –, as certificações relacionadas à prevenção da emissão de poluentes pela empresa – como a Produção Mais Limpa (SOARES et al., 2007; SANTOS et al., 2012) – e a Certificação ABVTEX – recentemente criada pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (CALEFFI; COMIN, 2014; MORO; MENDES; NETO, 2015).

Com a intenção de contribuir com o desenvolvimento das certificações específicas para a cadeia têxtil que evidenciem tanto os pilares social e estratégico quanto os pilares econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) criou, em 2010, a Certificação de Fornecedores ABVTEX, tendo como principal objetivo desenvolver uma certificação única que permita aos varejistas possuírem controle sobre seus subcontratados e fornecedores que compõem a cadeia produtiva. Esta associação é constituída pelas principais empresas do segmento de artigos do vestuário e acessórios, representando o varejo têxtil de grande superfície junto aos órgãos governamentais, indústrias, entidades de classe e para o mercado em geral.

Baseada na norma de responsabilidade social SA 8000, a Certificação de Fornecedores ABVTEX tem como base legal a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e suas Normas Regulamentadoras (NRs), além do apoio dos órgãos certificadores como *Bureau Veritas*, *SGS Group*, *Intertek* e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Apoiada também pelo Instituto Ethos, esta certificação abrange práticas, compromissos e aspectos ligados ao trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, trabalho estrangeiro irregular, liberdade de associação, discriminação, abuso e assédio, saúde e segurança no trabalho, monitoramento e documentação, compensação, horas trabalhadas, benefícios, monitoramento da cadeia produtiva e gestão ambiental (ABVTEX, 2013; CALEFFI; COMIN, 2014; MORO; MENDES, 2014).

Os impulsos para a criação desta certificação foram as inúmeras fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em oficinas de costura que prestam serviços para grandes marcas como a *Unique Chiq*, *Zara*, Grupo GEP, *Gregory* e *Le lis Blanc* e para empresas varejistas como Pernambuco, Marisa e C&A. Nestas auditorias, ao ser encontrada alguma irregularidade, o MTE responsabilizava a empresa principal e toda a

cadeia produtiva da marca. Em todo este processo, além dos trabalhadores, perdem também as grandes marcas que estão no topo da cadeia produtiva, por terem o nome exposto na mídia e sua marca atrelada a uma forma desonesta de trabalho, podendo impactar em suas vendas (MORO; MENDES, 2014). As empresas que estão exigindo esta certificação são: Riachuelo, Renner, *Leader*, Marisa, C&A, *Carrefour*, Zara, Grupo GEP, Grupo Pão de Açúcar, Cia. Hering, Pernambucanas, *Seller*, *Walmart Brasil*, *M5*, *Restok SA* e *Calvin Klein Jeans*. As autoras ainda salientam que estas empresas estão se tornando mais conscientes em relação às suas ações com seus fornecedores para além das exigências legais. Assim, estreitam as relações incorporando valores à marca, conferindo respeito ao ser humano e ao meio ambiente a fim de criar uma identidade consumidor-marca (MORO; MENDES, 2014).

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O estudo teve como foco as micro e pequenas empresas da cadeia têxtil da cidade de Brusque, estado de Santa Catarina. O percurso metodológico delineado considerou uma abordagem quantitativa. Nos estudos quantitativos, os pesquisadores utilizam amostras amplas e informações numéricas com instrumentos de coleta estruturados como aqueles que são utilizados na pesquisa *survey*. Nesta avaliação, o pesquisador organiza, sumariza, caracteriza e interpreta dados numéricos coletados que serão posteriormente tratados através da aplicação de métodos e técnicas estatísticas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa tem caráter descritivo, uma vez que busca descrever as características de um fenômeno (RICHARDSON, 1999). O método escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o *survey* inter-seccional com amostras paralelas, por tratar-se de um procedimento que permite uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população ao estudar uma amostra deste universo, em um ponto no tempo (CRESWELL, 2007). Apesar de os *surveys* serem recorrentes com descrição de dados, alguns possuem o objetivo adicional de fazer asserções explicativas sobre a população estudada (BABBIE, 1999). A escolha deste procedimento justifica-se pelo emprego de baixo custo na sua aplicação – com o envio de documentos de pesquisa *on line* – e também pela rapidez da coleta e análise dos dados via sistema informatizado. Da mesma maneira, ainda como vantagem do uso do método, poderia ser elencada a identificação de atributos da população estudada a partir de uma amostra de empresas.

A construção do instrumento de pesquisa contou, inicialmente, com cinco entrevistas com especialistas da área têxtil e da área de estratégia voltadas às micro e pequenas empresas, a fim de refinar os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e que seriam posteriormente coletados com o questionário. Estas entrevistas ocorreram de janeiro a julho de 2015. Elencou-se, nesta fase, um professor universitário da área de estratégia e um coordenador de dos projetos desenvolvidos por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque (AMPE-Brusque) e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário de Brusque (SINDIVEST).

O instrumento de pesquisa construído, um questionário, contou com blocos de perguntas abertas e fechadas. O primeiro bloco buscou identificar a empresa em termos de tempo de atividade, setor de atuação e porte empresarial. O segundo bloco é uma adaptação do estudo realizado por Alexandre Jorge G. Cardoso em 2004 nas micro e pequenas empresas da cidade de Belém, Estado do Pará, que investigou a compreensão dos gestores a respeito da Responsabilidade Social. O terceiro e último bloco trata especificamente das certificações obtidas pelas empresas têxteis. Para a elaboração deste bloco, utilizou-se como ponto de partida estudos que pesquisaram sobre certificações diversas, como as certificações da série ISO (MUNIZ; FERREIRA, 2009; PEREIRA; MELO, 2012, ABREU et al., 2014) –, as certificações relacionadas à prevenção da emissão de poluentes pela empresa (SOARES et al.,

2007; SANTOS et al., 2012) – e a Certificação ABVTEX – recentemente criada pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (CALEFFI; COMIN, 2014; MORO; MENDES; NETO, 2015).

Após a construção do instrumento de coleta foram realizados quatro pré-testes com integrantes da população escolhida, que indicaram a necessidade de ajustes no instrumento de coleta de dados inicial. Os ajustes constituíram-se basicamente na alteração na redação das perguntas, permitindo sua compreensão, e na quantidade de perguntas elaboradas. Feito os ajustes decorrentes do pré-teste, o questionário foi aplicado aos gestores das micro e pequenas empresas pertencentes à cadeia têxtil da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, e que compõem a seção C e as divisões 13 e 14 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). A seção C do CNAE 2.0 é composta pelas indústrias de transformação da qual fazem parte as divisões 13 e 14, que correspondem às empresas que trabalham na fabricação de produtos têxteis e na confecção de artigos do vestuário e acessórios, respectivamente. A escolha da amostra dentre o universo selecionado deu-se por acessibilidade. Obteve-se o retorno de 130 gestores de micro e pequenas empresas, no período de abril a agosto de 2015. Este tipo de amostragem é utilizado quando o pesquisador tem intenção de saber a opinião de determinados elementos da população, não se dirigindo à massa, mas sim a elementos que, de acordo com a função desempenhada, prestígio social, cargo ocupado etc, exercem as funções de líderes de opinião (MARCONI; LAKATOS, 2010). As respostas ao questionário foram obtidas por abordagem pessoal dos gestores ou por solicitação de respostas ao questionário *on line* cujo link foi encaminhado via e-mail após solicitação de resposta feita por telefone ou pessoalmente. As respostas coletadas pessoalmente foram transcritas para o questionário *on line* a fim de facilitar a compilação e o tratamento dos dados, realizada com o auxílio de planilhas eletrônicas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterizando a amostra

A caracterização das empresas participantes da amostra foi realizada por meio da investigação do tempo de atividade, do número de colaboradores e gestores, do setor de atuação e do porte. Dentre as empresas participantes da amostra, apenas 6 delas possuem menos de um ano de atividade, 36 delas possuem de 1 a 5 anos de atividades, 42 estão no mercado entre 6 a 10 anos, e 45 empresas possuem mais de 10 anos de atividades. No âmbito internacional, há uma variedade de estudos que trabalham a temática da sobrevivência das empresas (PARSLEY; DJUKIC, 2010; OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS, 2015), porém carecem de metodologia padronizada que permitam comparações entre os resultados. No sentido de poder realizar tal comparação, o SEBRAE realizou uma pesquisa utilizando dados semelhantes àquela aplicada pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) verificando a taxa de mortalidade das empresas nacionais com linha de corte em 2 anos de atividade. Observou-se, no presente estudo, que 6 empresas possuem menos de 1 ano de atividade e que, de acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE, correm risco de sobrevivência (SEBRAE, 2013b). Para as empresas que se mantêm ativas, pressupõe-se que uma das razões seja o número de empregados, pois, de acordo com o IBGE, neste grupo de empresas tende haver maior mobilização de recursos e, conseqüentemente, maior estabilidade nos negócios (IBGE, 2011).

Quanto ao número de colaboradores, constatou-se que, das empresas pesquisadas, 95 delas concentra até 20 pessoas em seu quadro de colaboradores, 14 empresas concentram de 30 a 60 colaboradores em atividade, sendo que apenas 21 empresas apresentam entre 70 e 100 colaboradores. Em relação ao número de gestores, 43 empresas possuem apenas um gestor, 65 delas mantêm duas pessoas responsáveis pelo gerenciamento da empresa seguidas, e 22

empresas dividem a responsabilidade pelo gerenciamento entre três gestores.

No tocante ao setor de atuação, observa-se que a verticalização da produção vem sofrendo redução desde os anos 50, mantendo-se em poucas empresas até os dias atuais. A partir dos anos 90, a característica principal do setor têxtil era a existência de pequenas confecções que recebiam serviços das grandes empresas que passavam por situação econômica difícil (GOULARTI FILHO, 2002). Para a cadeia têxtil catarinense, este momento foi decisivo para o início da estratégia de terceirização dos serviços e, por conseguinte, especialização da prestação dos mesmos (SILVA, 2000). A maioria das empresas pesquisadas, 98 delas, atua em apenas um dos setores da economia (indústria, comércio ou serviços), enquanto somente 2 empresas agregam a industrialização, comercialização e prestação de serviços em sua estrutura. Contemplando os serviços de indústria e comércio, foram encontradas 29 empresas.

Em termos de porte, observou-se uma predominância de microempresas (ME), 89, e de empresas de pequeno porte (EPP), que totalizaram 30 organizações. Em menor número, participaram da pesquisa 8 microempreendedores individuais. Dentre as empresas pesquisadas, se sobressaem aquelas que possuem estrutura enxuta, com poucos colaboradores, que estão especializadas em um determinado setor de atividade (indústria, comércio ou prestação de serviços) e, muitas vezes, exigem dos gestores atuação não somente nas áreas administrativas, mas também nas atividades produtivas da empresa. Tais dados refletem o papel significativo dos micro e pequenos empreendimentos na geração de postos de trabalho como alternativa às transformações tecnológicas dos processos produtivos das grandes empresas. Entre 2002 e 2012, as MPEs geraram 6,6 milhões de empregos (SEBRAE, 2013a).

4.2 O que pensam os gestores sobre Responsabilidade Social?

Nesta seção busca-se apresentar a percepção dos gestores acerca da Responsabilidade Social e sua associação com a cadeia têxtil. Verificou-se a compreensão do conceito por parte dos gestores, bem como a importância do tema para a cadeia têxtil como um todo, e em particular para as empresas. Inicialmente, os gestores foram questionados se já ouviram falar em Responsabilidade Social, bem como atribuíram nota de 0 a 10 para o conhecimento acerca do tema. Por ser um tema amplamente discutido em todos os setores da economia, se pressupunha que a maioria dos respondentes já tivesse ouvido falar em Responsabilidade Social. As respostas confirmaram isso, considerando que apenas 6 respondentes mencionaram não ter conhecimento sobre o tema. Em termos de notas, a média atribuída pelos gestores ficou em 4,5, ou seja, mesmo já tendo ouvido sobre o tema, muitos ainda têm dúvidas quanto ao verdadeiro significado. Este resultado confirma o que é apresentado por diversos autores (ASHLEY, 2003; TENÓRIO, 2006; TACHIZAWA, 2008) de que, mesmo na academia, ainda não há um consenso sobre o conceito, sendo apresentadas diversas definições, cada uma associada a uma questão diferente.

Na sequência buscou-se associar a Responsabilidade Social com os conceitos propostos por alguns autores, como Votaw (1972) – que associa a Responsabilidade Social ao cumprimento de exigências legais – Ángel e Jaramilo (1996) – que vêem na Responsabilidade Social o compromisso com o desenvolvimento, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos colaboradores de uma empresa – e Biroui (1976) – que associa a Responsabilidade Social à responsabilidade das empresas em minimizar os impactos de suas atividades ao meio-ambiente. Embora alguns gestores ainda não tenham certeza sobre o conceito de Responsabilidade Social, 83 respondentes associaram o conceito à responsabilidade das empresas para com a sociedade e os impactos que suas atividades possam trazer ao meio ambiente, a fim de minimizá-los, conforme definição de Biroui (1976). A associação do conceito ao cumprimento das exigências legais (VOTAW, 1972) foi feita por apenas 23 gestores. Já a relação do conceito com o desenvolvimento, bem-estar e melhoria da qualidade

de vida dos colaboradores, foi indicada por 16 gestores (ÁNGEL; JARAMILO, 1996).

Os gestores das micro e pequenas empresas frequentemente negligenciam o impacto socioambiental de suas organizações considerando insignificante a influência ecológica de seus empreendimentos em termos de impactos ambientais (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011). Entretanto, a ação conjunta é mais importante do que a ação individual dos pequenos empreendimentos, uma vez que este tipo de organização tende a ser mais numerosa que as organizações de grande porte (SEIFFERT, 2002). Considerando o exposto, os gestores foram questionados sobre a importância que atribuem à Responsabilidade Social, de forma geral, e, em específico, para a imagem das suas empresas. Dentre os respondentes, 6 deles expressaram indiferença em relação à importância deste tema, 4 gestores consideraram a Responsabilidade Social como de pouca importância, 64 gestores apontaram como importante, enquanto 56 a consideraram de vital importância para as organizações. Quanto à importância da RS para a imagem das empresas, os resultados foram muito semelhantes. Do total, 8 gestores expressaram indiferença em relação a esta questão. O mesmo número de gestores (8) classificou como pouco importante. O desenvolvimento de ações de RS para a imagem das empresas foi classificado como importante por 120 gestores. Percebe-se que o mesmo número de gestores que atribuiu importância às ações de RS em geral atribuiu o mesmo conceito ao impacto do desenvolvimento destas ações para a imagem de suas empresas. No entanto, ainda existem gestores que não vêm no tema um diferencial para a imagem das organizações.

Partindo para o apreço ou não, por parte do gestor da micro e pequena empresa, de desenvolver ações de RS, apenas 16 gestores relataram não possuir tal intenção. Por outro lado, 114 respondentes assinalaram positivamente, o que reforça os resultados obtidos sobre a importância atribuída às ações de RS para a imagem das empresas. De forma geral, observou-se a ampla difusão do assunto entre as empresas da cadeia têxtil da cidade de Brusque, mesmo que ainda alguns gestores não a considerem como um diferencial competitivo para suas empresas. A presença de gestores que ainda negligenciam a importância das ações de RS na pesquisa pode ser explicada pela associação desta com custos adicionais nos processos produtivos, passando despercebidos os benefícios destas práticas e as oportunidades de investimento (FLORIANO; CORRÊA, 2007). Os investimentos socioambientais que ocorrem nos micro e pequenos empreendimentos de forma espontânea usualmente são motivados por possibilidades de ganhos de eficiência no processo produtivo (AHORN, 2006).

4.3 Percebendo as certificações para a cadeia têxtil

De modo particular, verificou-se como os gestores percebem as certificações disponíveis para a cadeia têxtil. Para tanto, foi solicitado responder se já haviam tomado conhecimento acerca de alguma certificação para a cadeia têxtil e, entre as certificações destacadas, incluiu-se a certificação ABVTEX. Ficou evidente que quase a totalidade dos gestores, 124, já ouviu falar em certificações para a cadeia têxtil, enquanto os demais informaram não terem nenhum conhecimento a respeito. Estes resultados são semelhantes àqueles evidenciados acerca de os gestores já terem ou não conhecimento sobre a Responsabilidade Social, ou seja, praticamente todos os gestores que ouviram falar em Responsabilidade Social conhecem alguma certificação para a cadeia têxtil.

Para aqueles que já ouviram falar a respeito de certificações para a cadeia têxtil, foi solicitado que identificassem as certificações conhecidas, elencadas a certificação de fornecedores ABVTEX, as certificações da Série ISO, e a certificação SA 8000, sendo ainda disponibilizada a opção de mencionar outras certificações além daquelas descritas. Esta questão permitia múltiplas respostas. A certificação com maior expressão entre os gestores foi a certificação de fornecedores ABVTEX. Do total de gestores questionados, 120 deles afirmaram conhecer esta certificação. As certificações da Série ISO foram apontadas por 43

gestores e a certificação SA8000 apontada por 4 gestores. Entre as outras certificações evidenciadas por 3 gestores, foram identificadas as certificações do Grupo ZARA e das Lojas Marisa que possuem diferentes critérios de inspeção das certificações anteriormente mencionadas.

As micro e pequenas empresas que aderiram a alguma certificação, aquiesceram à certificação de fornecedores ABVTEX, totalizando 61 empresas. As outras 69 empresas participantes da amostra não possuem certificação. Em relação ao tempo de certificação, 12 empresas possuem a certificação ABVTEX por menos de 1 ano, 33 empresas possuem esta certificação por mais de 2 anos e 2 empresas possuem a certificação de fornecedores ABVTEX por mais de 5 anos. As certificações em geral, por agregarem aspectos relacionados à saúde e segurança do trabalho, dentre outros, apresentam-se como um desafio às micro e pequenas empresas. Este desafio é compreendido pelos gestores, muitas vezes, como um custo desnecessário. Em alguns casos, as pequenas organizações preferem não aderir às certificações principalmente por adotarem uma orientação econômica de curto prazo, na qual as vantagens de tais práticas demoram a se manifestar enquanto os custos aparecem muito mais rapidamente (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011).

5. CONCLUSÃO

Frente ao mercado globalizado, no qual se inserem as micro e pequenas empresas, a busca pela diferenciação de produtos e processos é um dos meios de as organizações atingirem maior lucratividade nas suas vendas, fornecendo um produto único e agregado de valor para seus consumidores. Considerando as mudanças que ocorrem no comportamento dos consumidores de produtos têxteis, que passam a preferir produtos que possuam métodos produtivos ecológica e socialmente responsáveis, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de apresentar os resultados do estudo que buscou identificar a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque, Santa Catarina, em relação às ações de Responsabilidade Social, com destaque para a certificação de fornecedores ABVTEX.

Identificou-se um predomínio de micro empresas que possuem estrutura enxuta, com até 20 colaboradores, lideradas por 2 gestores que participam também das atividades produtivas, além de desenvolverem a gestão da organização. Em relação à longevidade destas empresas, o grupo mais expressivo de organizações exerce suas atividades a mais de 10 anos. No entanto, também é relevante o número de empresas entre 6 a 10 anos de atividade. Trata-se de um segmento na geração de postos de trabalho, principalmente neste momento em que as grandes empresas têxteis da região sofrem com a crise econômica do país, os micro e pequenos empreendimentos absorvem a mão-de-obra especializada. Considerando o ramo de atividade das empresas, se sobressaem àquelas que atuam em apenas um dos setores da economia (indústria, comércio ou prestação de serviços), o que confirma a tendência à verticalização econômica da cadeia têxtil da cidade de Brusque já apontada por Goularti Filho (2002) em estudo com abrangência estadual.

Apesar de a influência ecológica dos micro e pequenos empreendimentos, em termos de impactos ambientais, normalmente ser negligenciada pelos gestores destas organizações (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011), a maioria dos respondentes associou a Responsabilidade Social com a responsabilidade das empresas em minimizar os impactos de suas atividades ao meio ambiente. Tal associação coaduna com o fato de que a maioria dos gestores classificou as ações de Responsabilidade Social como muito importante e, inclusive, expressaram a vontade em desenvolver ações na própria empresa. Devido ao grande número de micro e pequenas empresas, o impacto ambiental conjunto tende a ser maior do que a ação individual de cada um destes pequenos empreendimentos (SEIFFERT, 2002).

Em se tratando de certificações para a cadeia têxtil, a certificação mais conhecida

pelos gestores é a de fornecedores ABVTEX. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que todas as empresas que possuem certificação indicaram como tipo a certificação de fornecedores ABVTEX, sendo que grande parte possui a certificação há mais de 2 anos. O cenário apresentado indica que a adoção das certificações para a cadeia têxtil nas micro e pequenas empresas da cidade de Brusque está acontecendo gradativamente e que, embora os gestores não se sintam seguros em definir o conceito de Responsabilidade Social, compreendem a importância do tema, buscam realizar ações que possam minimizar os impactos socioambientais de seus empreendimentos e vêm na certificação de fornecedores ABVTEX uma maneira de terem suas ações divulgadas e reconhecidas, além de garantirem a comercialização de seus produtos. Esta pesquisa não teve a intenção de esgotar o assunto acerca da temática da Responsabilidade Social e das certificações para a cadeia têxtil, bem como a certificação de fornecedores ABVTEX no contexto das micro e pequenas empresas têxteis da cidade de Brusque. As dificuldades na realização da pesquisa, principalmente devido à baixa adesão ao questionário, não permitem que a pesquisa apresente resultados passíveis de generalização.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mônica C. S. de, et al. Elementos determinantes para a adoção de práticas de responsabilidade social corporativa na cadeia têxtil brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38, 2014. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_ES0779.pdf> Acesso em: 21 jul. 2015.
- ACOSTA, Byron, et al. Certificações e inovação em empresas de cultivo de rosas do Equador. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 13, n.2, p. 176-185, 2011.
- AHORN, Marcos Roberto. **A dimensão socioambiental das pequenas empresas no contexto da terceirização: fragilidades e alternativas**. 2006. 189 pp. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador) – Centro Universitário Santo Amaro/SENAC, São Paulo, 2006.
- ALMEIDA, Mabel, S. de, et. al. Desenvolvimento sustentável: analisando suas práticas em indústrias têxteis. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXIV, 2014, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Faculdade Tecnológica Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2014_TN_STO_205_157_26250.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- ÁNGEL, Juan A.; JARAMILLO, constanza. responsabilidad social empresarial en colombia: resultados de una investigación. In: TORO, Olga L.; REY, Germán. **Empresa privada y responsabilidad social**. Santafé de Bogotá: Utópica Editores, 1996.
- ASHLEY, Patrícia A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- _____. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTIL (ABVTEX). **Regulamento Geral da Certificação de Fornecedores ABVTEX**. v.22, 2013.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BARBIERI, José C. **Gestão ambiental e empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BEZERRA, Rodrigo B. **Responsabilidade social corporativa: uma proposta metodológica para orientação de iniciativas**. 2007. 131p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BUFONI, André L.; MUNIZ, Natiara P.; FERREIRA, Aracéli C. de S. O processo de certificação socioambiental das empresas: o estudo de caso do certificado “Empresa Cidadã”. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 13, Edição Especial, p. 19-38, Jun. 2009.

CALEFFI, Vilma M. e COMIN, Suelen B. Acreditação no varejo da indústria têxtil-confeção. **Moda Palavra e Periódico**. v. 7, n.13, Jan./Jun, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 25/06/2015.

CRESWELL, John W. Parte II: Projeto de pesquisa. In: _____. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap.4, 5, 6, p. 87-129.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2000.

DEMAJOROVIC, Jacques; SANTIAGO, Ana Lucia Freizatti. Responsabilidade socioambiental na micro e pequena empresa: práticas e desafios. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. v. 2, n.9, p.254-281, maio/ago, 2011.

DRUCKER, Peter F. **Introdução à administração**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FARIA, Alexandre; SAUERBRONN, Fernanda F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia?: uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.42, p. 07-33, jan./fev. 2008.

FLORIANO, Fernanda; SOUZA, Antonia Egídia de; CORRÊA, Hamilton Luiz. Impacto ambiental: estudo no arranjo produtivo local de calçados de São João Batista/SC. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

GALBRAITH, John K. **O novo estado industrial**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio da Fundação de Economia e Estatística**. v.23. n.2. p. 977-1007. Porto Alegre, 2002.

GRIESSE, Margareth A. The geographic, political and economic context for corporate social responsibility in brazil. **Journal of Business Ethics**, v.73, p. 21-37, 2007.

IBGE. **Estudos & pesquisas informações econômicas: Demografia das Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LA ROVERE, Emílio L. (Coord.). **Manual de auditoria ambiental**. 3.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

MACHADO FILHO, Cláudio A. P.; ZYLBERSZTAJN, Decio. A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. **Revista de Administração**, v.39, n.3, p.242-254, jul./ago./set., 2004.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, A. C. Empresa cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MELO NETO, Francisco P.; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MORO, Rita de C. L.; MENDES, Francisca D. Relação entre o outsourcing e a questão socioambiental da MVM. In: CONGRESSO CIENTÍFICO TÊXTIL E DE MODA. II., 2014, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: CONTEXMOD, 2014. Disponível em:

<<http://www.contexmod.net.br/index.php/segundo/article/view/163>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MORO, Rita de C. L.; MENDES, Francisca D.; NETO, João A. Sustainable development in the retail supply chain brazilian fashion: case study. In: **Production and Operations Management Society (POMS)**. Abual Conference, Washington, D.C., v.26, p. 223-233, 2015.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. Business demography 2014: change in the number of UK businesses broken down by sector of the economy. **Statistical Bulletin**. n. 6, 2015.

Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/businessindustryandtrade/business/activitysizeandlocation/bulletins/businessdemography/2014>>. Acesso em: 11/07/2016.

PARSLEY, Chris; DJUKIC, Sonja. The state of entrepreneurship in Canada. **Industry Canada**. Toronto: University of Toronto, 2010. Disponível em: <[https://www.ic.gc.ca/eic/site/061.nsf/vwapj/SEC-EEC_eng.pdf/\\$file/SEC-EEC_eng.pdf](https://www.ic.gc.ca/eic/site/061.nsf/vwapj/SEC-EEC_eng.pdf/$file/SEC-EEC_eng.pdf)>. Acesso em 11/07/2016.

PEREIRA, Anne T. de A.; MELO, Renata M. de. Implementação e manutenção de um sistema de gestão da qualidade (SGQ) em empresas têxteis: proposição de modelo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXXII, 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...**, Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2012_TN_STO_158_922_19836.pdf>.

Acesso em: 21 jul. 2015.

RICHARDSON, R. J. et al. Questionário. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Cap.12, p.189-206.

SALGADO, Eduardo G.; SAMPAIO, Paulo A. da C. A. A certificação ISO 9001 no continente americano: análise estatística. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. XXXIII, 2013, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ENEGEP, 2013. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_178_016_22775.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SANTOS, Bruna Melo. **Avaliação da capacidade inovativa das micro e pequenas empresas do arranjo produtivo vestuarista do município de Brusque – SC**. 176 p. 2007. Monografia (Departamento de Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SANTOS, Augusto C. de J. et. al. Contribuições da produção mais limpa (PMAISL) na indústria têxtil do sertão alagoano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. XXXII, 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2012_TN_STO_165_961_20577.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 6.ed. Brasília: SEBRAE, 2013a.

_____. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2013b.

SEIFFERT, Mari Elizabete B. **Modelo de Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA–ISO 14001) utilizando-se a abordagem da Engenharia de Sistemas**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOARES, Daniel Carvalho, et al. Produção mais limpa aplicada a uma micro-empresa do setor de estampa têxtil. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. II, 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: CONNEPI, 2007.

SOUZA, R. **Metodologia para desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão da qualidade em empresas construtoras de pequeno e médio porte**. 1997. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TENÓRIO, Fernando G. **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOFFLER, Alvin. **A empresa flexível**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VOTAW, Dow. Genius becomes rare: a comment on the doctrine of social responsibility. **California Management Review**, v. 15, n. 2, p.25-31, 1972.

YU, Jieqiong e BELL, J. Nigel B. Building a sustainable business in Chinas' small and medium-sized enterprizes (SMEs). **Journal of Environmental Assessment and Management**. v. 9, n. 1, p. 19-43, 2007.